**Modo de produção e formações sociais**

**A concepção materialista da história**

**Introdução**

As páginas que seguem são uma tradução do segundo capítulo da obra «Economia Política», do economista polaco Oskar Lange, trabalho que data de 1959 e constitui uma das contribuições funda­mentais à nova ciência que emerge gradualmente — a economia política do socialismo.

O materialismo histórico, como ciência do de­senvolvimento das sociedades é naturalmente de difícil abordagem. O texto apresentado aqui não constitui uma simplificação destas dificuldades — ao contrário de certos folhetos de vulgarização marxista— mas uma apresentação particularmente precisa e clara dos principais conceitos necessários à compreensão das leis do desenvolvimento econômico e social. Neste sentido, a sua cuidadosa leitura fornece-nos um valioso instrumento de trabalha para abordar o estudo da realidade em toda a sua riqueza e complexidade, e não um resumo simplificado desta.

Oskar Lange, um dos principais economistas marxistas, foi dirigente da juventude socialista na Polônia de antes da segunda guerra mundial, e professor de economia na universidade de Chicago nos anos trinta, tornando-se então famoso pela polêmica travada com von Mises e Hayek, polêmica em que demonstrou a viabilidade econômica da gestão socialista da economia. Depois da guerra voltou à Polônia, onde se tornou um dos principais arquitetos da planificação econômica nacional, ao mesmo tempo que formava, na universidade de Varsóvia, o corpo teórico da economia política do socialismo. A partir de 1956 presidiu ao conselho econômico do Estado, dirigindo simultaneamente, no quadro da organização das Nações Unidas, vários projetos de planificação e desenvolvimento de países subdesenvolvidos. Profundo conhecedor tanto da teoria marxista como da prática da cons­trução do socialismo, Oskar Lange é hoje um clássico da economia.

A tradução foi feita diretamente do original polaco, na base da terceira edição, definitiva, revista pelo autor em 1963. (Oskar Lange, Ekonomia Polltyozna, Warszawa 1963, Pánstwowe Wydawniclwo Naukowe). Para facilidade do leitor, ao traduzir as notas onde Lange se refere a edições polacas de Marx e outros, estabelecemos a correspondências com edições francesas. Seguimos nisto a tradução de Anna Posner (Oskar Lange, Economie Politique, Presses Universitaires de France. Paris), da mesma obra.

Maria de Fátima Freire-Dowbor

Ladislau Dowbor

MODO DE PRODUÇÃO E AS FORMAÇÕES SOCIAIS: A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA

**As relações de produção dependem das forças produtivas sociais**

Aregularidade fundamental que a economia política encontra ao estudar as leis sociais que regem a atividade econômica dos homens, é a dependência das relações de produção relativa- ; mente às forças produtivas sociais. Com efeito, um dado desenvolvimento das forças produtivas exige um modo definido de cooperação e de divisão do trabalho no processo de produção. É necessaria­mente diferente o modo de cooperação e de divisão de trabalho numa grande fábrica, que utiliza grandes máquinas e instalações especializadas, e num atelier de manufatura onde o trabalho se efetua com a ajuda de instrumentos bastante sim­ples. Outro é, o modo de divisão do trabalho e de cooperação numa grande propriedade que utiliza tratores, máquinas combinadas e adubos químicos, que aplica métodos agro-técnicos modernos e beneficia da eletrificação para diversas atividades; outro é, nas pequenas explorações fami­liares atrasadas, onde se trabalha a terra segundo velhos métodos tradicionais.

Krzywioki dá uma boa ilustração deste facto servindo-se do exemplo dos caminhos de ferro: «Alguém deve estar na bilheteira numa hora precisa, outra pessoa pesa as encomendas ou acompanha o movimento do comboio em circulação, outros preenchem funções de mecânicos de inspetor de vagões ou de telegrafista. As atividades realizadas por um Indivíduo são estreitamente e perfeitamente coordenadas com as obrigações de todos os outros. Cada pessoa representa, de. uma certa forma, o complemento vivo de tal ou tal ou­tra parte de um objeto morto: comboio, caixa, entreposto. Este grupo humano, junto com o cami­nho de ferro, constituem uma totalidade; é impos­sível entender as atividades dos homens sem ar em conta o horário dos comboios, o seu equipamento técnico, o fluxo de mercadorias que passam». ([[1]](#footnote-1))

As relações de produção não se limitam, no entanto, às determinadas unidades econômicas (fábricas, empresas agrícolas, linhas de caminho de ferro etc.), no quadro das quais decorre o pro­cesso produtivo. O processo social, através do qual os homens trabalham em cooperação entre si, es­tende-se igualmente às relações entre homens que trabalham em unidades produtivas distintas. Con­sideremos, por exemplo, uma fábrica têxtil de Lódz. As suas máquinas são fabricadas por outras fá­bricas, especializadas na produção de máquinas, e mesmo talvez exatamente na produção de máqui­nas têxteis. Estas fábricas podem encontrar-se em outra cidade e até mesmo no estrangeiro. Como matéria-prima a fábrica de têxteis utiliza o algodão que é produzido em Uzbequistão, na América ou no Egito. Ela utiliza igualmente o carvão, que é extraído das minas da Silésia. Os caminhos de ferro e os barcos trazem o carvão, o algodão, etc. Neste contexto surge um complicado sistema de relações sociais entre os homens: as relações de produção.

**A propriedade dos meios de produção como base das relações de produção**

Para se orientar no sistema das relações so­ciais que aparecem no processo de produção, é necessário captar entre elas certas relações fun­damentais, que definem o caráter de toda a com­plexa rede de relações entre os homens. Esta rela­ção fundamental, é a relação que se estabelece entre os homens a partir da posse dos meios de produção. Não se trata aqui de uma posse fortuita, posse que tem por sentinela as normas de con­vivência socialmente reconhecidas e eventualmente sanções por infração a estas normas, ou seja, o costume ou a lei. A este tipo de posse, nós cha­mamos propriedade.

A propriedade dos meios de produção é uma relação social, na qual se apoia todo o complicado sistema das relações entre os homens, estabele­cidas no decorrer do processo social da produção.

Com efeito, a propriedade dos meios de produção é decisiva para o modo da sua utilização e deter­mina as possibilidades de cooperação e de divisão social do trabalho, fixando ao mesmo tempo os seus limites. Além disto, a propriedade dos meios de produção determina de antemão o problema da propriedade dos produtos e, a partir daí, tam­bém o da sua distribuição.

A propriedade dos meios de produção cons­titui então a base, o «princípio de organização» de certa forma decisivo para o conjunto das relações de produção, bem como para as relações de dis­tribuição. Resulta daí que as relações de produ­ção devem ser classificadas segundo o tipo de propriedade dos meios de produção. Assim, esta propriedade pode ser social ou privada.

No primeiro caso, os meios de produção são propriedade comum de todos os membros da so­ciedade, entendendo-se por sociedade todos os ho­mens ligados entre si por relações de cooperação e de divisão de trabalho. Numa tribo primitiva que caça em comum, a «sociedade» compreende os membros desta tribo; numa comunidade rural que é autossuficiente no que diz respeito à satisfa­ção de suas necessidades, ela compreende os membros da comunidade. Em princípio, «socieda­de moderna» compreende os membros de uma na­ção, podendo-se ir mais além através da divisão internacional do trabalho.

A propriedade privada pode ser uma propriedade, individual ou ainda de um grupo de pessoas, por exemplo, de uma família, de uma sociedade por ações ou de outras pessoas morais que não abrangem toda a sociedade. Existem enfim tipos intermédios de propriedade, entre a propriedade social e a propriedade individual, por exemplo a propriedade de uma cooperativa ou a propriedade de outras associações, que abrangem apenas uma certa parte dos membros da sociedade.

**Os modos de produção**

As forças produtivas sociais e as relações de produção a elas ligadas, cujo «centro de organi­zação» é um dado tipo de propriedade dos meios de produção, formam um conjunto a que chama­mos modo de produção ([[2]](#footnote-2)). Na base de pes­quisas relativas ao desenvolvimento histórico da sociedade humana, é possível distinguir cinco mo­dos de produção fundamentais que, de modo geral, (mas de forma alguma nos pormenores), coinci­dem com certos períodos da história da humani­dade.

O primeiro é a comunidade primitiva onde a maior parte dos meios de produção, sobretudo a terra, é propriedade social.

O segundo é a escravidão, onde tanto os meios de produção como os homens que os utilizam, são propriedade de outros homens — os proprie­tários de escravos. Os escravos podem ser pro­priedade privada ou propriedade do Estado, ou mais precisamente do monarca.

O terceiro modo de produção é o feudalismo. Aqui a terra é em parte propriedade privada, e em parte propriedade do Estado (do rei) ou pertence a certas associações como a igreja ou as ordens religiosas. Os homens que trabalham na terra es­tão fixados a ela como servos, e não a podem abandonar por sua vontade própria. Possuem uma certa quantidade de terra que lhes é atribuída pe­los proprietários para trabalho e uso próprio, em troca do que eles trabalham na terra dos proprie­tários e lhes entregam, sob forma de foro, uma parte do produto da terra por eles trabalhada.

O quarto modo de produção é a produção ca­pitalista. Aqui, a produção destina-se à troca ou, como se costuma dizer, é uma produção mercan­til. Os meios de produção constituem a propriedade de uma certa parte da sociedade, os capitalistas. O resto dos membros da sociedade — a maioria — não possui meios de produção próprios. Traba­lham como assalariados livres, e utilizam os meios de produção que são propriedade dos capitalistas. Isto ocorre nas grandes unidades de produção, especialmente nas fábricas ou nas grandes unida­des agrícolas, onde se emprega um grande número de trabalhadores assalariados e nas quais a cooperação e a divisão do trabalho são levadas bastante longe. Nestas condições, os proprietários dos meios de produção, apoderam-se de uma par­te do produto criado no decurso do processo social de trabalho.

O quinto modo de produção é a produção so­cialista. Os meios de produção constituem aqui propriedade social (propriedade da sociedade in­teira) e, em certas condições, uma parte dos meios de produção pode ser igualmente propriedade comum de associações cooperativas ou de orga­nizações regionais como comunas, cidades etc. O processo da produção é conscientemente planificado e dirigido pela sociedade, isto é, pelos orga­nismos criados para este fim e que representam o conjunto da sociedade, com a função de satis­fazer as necessidades de todos os membros da sociedade.

Como já dissemos, os modos de produção aci­ma enumerados correspondem de um modo geral a certas épocas do desenvolvimento da humanida­de. Entre estas épocas existem no entanto perío­dos de transição ([[3]](#footnote-3)), durante os quais coexistem dois ou mais modos de produção. Além do mais, mesmo durante uma época caracterizada por um determinado modo de produção, podem subsistir ainda durante longo tempo, ou mesmo manter-se constantemente, resíduos de um modo de produ­ção. Assim, por exemplo, na época do capitalismo, existiam, ou ainda existem, elementos do modo de produção feudal. No entanto, ao identificarmos as diversas épocas históricas com determinados mo­dos de produção, temos sempre em mente o modo de produção dominante, ou seja, o modo de pro­dução cujas relações de produção são decisivas para o desenvolvimento das relações econômicas da sociedade. Paralelamente podem existir ainda elementos de outros modos de produção, não so­mente sob forma de resíduos do modo de pro­dução que imperará no futuro numa sociedade (co­mo por exemplo os germes da produção capita­lista no período de dominação feudal).

Ao lado destes cinco modos de produção enu­merados, existe ainda um modo de produção que não é dominante em nenhuma época da história, mas se manifesta em diversas épocas como modo secundário de produção, às vezes muito impor­tante. **Trata-se da produção mercantil simples,** também chamada de **pequena produção mercantil.** Neste modo de produção os meios de produção são propriedade privada dos produtores que os utilizam (eventualmente junto com a família) no seu trabalho, enquanto os produtos são trocados por produtos de outros produtores. A produção mercantil simples desempenha, sob forma de pro­dução artesanal, uma função particularmente im­portante no período tardio da época feudal. Sob a forma de produção camponesa individual, desem­penha um grande papel na época capitalista bem como no início da fase de desenvolvimento da época socialista.

**Modos de produção antagônicos e não antagônicos**

Ao examinarmos os modos de produção aci­ma enumerados vimos que é possível dividi-los em dois grupos, segundo o tipo de relações de produ­ção. Tratando-se de um tipo de relações de pro­dução, todos os membros da sociedade partici­pam na propriedade dos meios de produção. Isto ocorre onde existe a propriedade dos meios de produção, ou seja, na comunidade primitiva e na produção socialista: cada membro da sociedade é aqui um coproprietário dos meios de produção. O mesmo ocorreria no modo de produção mercan­te simples, se este modo de produção fosse do­minante na sociedade. Então, cada membro da so­ciedade (ou cada família) seria proprietário indi­vidual dos meios de produção necessários ao seu próprio trabalho.

Nas relações de produção de outro tipo, nem todos os membros da sociedade participam na pro­priedade dos meios de produção. Os escravos são privados da propriedade dos meios de produção, e além do mais, são eles mesmo propriedade de ou­tros homens. Os camponeses do feudalismo são privados da propriedade da terra, trabalham em terra alheia, e a ela se veem presos, sendo ainda obrigados a entregar ao senhor parte do produto da terra que lhes é concedida para o seu próprio uso. Na produção capitalista os trabalhadores as­salariados utilizam os meios de produção que são propriedade dos capitalistas. Nas relações de pro­dução aqui citadas, a propriedade dos meios de produção constitui um privilégio, ou como alguns dizem, o monopólio de uma certa parte da so­ciedade. Dizemos então que a sociedade está di­vidida em classes sociais e que as relações de produção, e por conseguinte todo o modo de pro­dução, têm um caráter antagônico. ([[4]](#footnote-4))

No caso de um modo de produção antagônico, duas classes existem na sociedade: a ciasse dos proprietários dos meios de produção, e a classe desprovida dos meios de produção. Os membros desta última utilizam para o seu trabalho os meios de produção que são propriedade da primeira das duas classes. Em consequência, os meios de pro­dução são empregados de maneira tal que o processo de produção não serve para satisfazer da melhor forma possível as necessidades do con­junto da sociedade, mas serve antes de tudo para satisfazer as necessidades dos proprietários de meios de produção, mesmo causando prejuízo à parte da sociedade que está privada da proprie­dade destes meios. É precisamente por isto, que qualificamos um tal modo de produção como sendo antagônico.

**A lei da correspondência: necessária entre as rela­ções de produção e o caráter das forças produtivas**

Omodo de produção constitui um todo inter­namente equilibrado, no qual as relações de pro­dução e sobretudo o seu fundamento — a pro­priedade dos meios de produção — estão adapta­das às exigências de um dado momento do desen­volvimento das forças produtivas sociais. Como já sabemos, a um dado nível das forças produtivas, as relações de produção não podem ser arbitrá­rias. Uma grande empresa industrial, por exemplo, uma siderurgia ou uma fábrica de locomotivas, on­de um grande número de homens utilizam no seu trabalho grandes e numerosas máquinas especia­lizadas e instalações técnicas, não podem existir em condições de produção mercantil simples, ou seja, com a propriedade dos meios de produção dividida entre um grande número de proprietários.

Estabelecimentos industriais deste gênero exigem relações de produção capitalistas ou socialistas.

A escravidão, como modo de produção, distin­gue-se por uma grande falta de interesse dos es­cravos pelos seus instrumentos de trabalho. Marx cita o exemplo seguinte: «É pois um princípio da economia, aceite neste modo de produção, utilizar apenas os instrumentos de trabalho mais rudes e os tornam mais difíceis de deteriorar. Assim, en­contrava-se nos Estados escravagistas situados no mais pesados, porque a sua rudeza e o seu peso golfo do México, até à explosão da guerra civil, arados de construção chinesa que abriam a terra como o porco ou a toupeira, sem rompê-la nem lhe dar a volta» ([[5]](#footnote-5)). Instrumentos de trabalho mais desenvolvidos, mais aperfeiçoados, exigem outras relações de produção. Da mesma forma, o desen­volvimento da grande indústria baseada na técnica moderna não teria sido possível no quadro das re­lações de produção feudais.

Com efeito, a condição de um tal desenvol­vimento é a abolição da servidão que liga o cam­ponês à terra, e o aparecimento duma classe de trabalhadores assalariados livres, que possam ser contratados nas grandes empresas industriais. Vemos pois que um determinado estado das forças produtivas exige relações de produção correspon­dentes. As relações de produção influem igualmente no desenvolvimento das forças produtivas. Ao contrário, relações de produção não adaptadas às forças produtivas freiam o desenvolvimento. As­sim, por exemplo, o servo cuida melhor dos ins­trumentos de trabalho que o escravo, mas convém pouco ao trabalho nas manufaturas, como mostra a experiência de certos países no século XVIII. A propriedade capitalista dos meios de produção favorece mais a acumulação, ou seja, o aumento da quantidade disponível de meios de produção, do que a pequena propriedade artesanal. Implica igualmente, poderosos estimulantes ao progresso técnico, enquanto a propriedade artesanal se dis­tingue pelo seu espírito conservador, no que diz respeito aos métodos de produção. A propriedade socialista dos meios de produção assegura uma acumulação e um ritmo de desenvolvimento eco­nômico superiores aos da propriedade capitalista. Assim, os estímulos que resultam das relações de produção favorecem ou refreiam o desenvolvimento das forças produtivas.

Esta conexão das relações de produção com o estado e o desenvolvimento das forças produti­vas, faz com que o modo de produção em deter­minado nível de desenvolvimento social, constitua um todo internamente equilibrado. Marx exprimiu-o de uma maneira incontestavelmente bastante simplificada porém lapidar e sugestiva: «O moinho de vento dá-nos a sociedade dos senhores feu­dais; o moinho de vapor, a sociedade dos capita­listas industriais». ([[6]](#footnote-6)) Trata-se duma regularidade fundamental que satisfaz o desenvolvimento das relações de produção. Designamos esta regulari­dade sob o nome de **«lei da correspondência ne­cessária entre as relações de produção e o cará­ter** das forças **produtivas».** ([[7]](#footnote-7))

Esta é a primeira lei, lei fundamental da eco­nomia política. No entanto, conforme veremos a seguir, a citada dependência das relações de pro­dução relativamente às forças produtivas, tem uma importância fundamental, não só para a formação de todas as relações econômicas, mas também para a formação de outras relações sociais. Por isto designamos também esta lei como sendo «a primeira lei fundamentai da sociologia». Por socio­logia entendemos a ciência das leis que regem o desenvolvimento das sociedades humanas.

**A consciência social**

As relações econômicas não são as únicas relações sociais. Ao lado das relações econômicas, onde o laço social se forma por intermédio de coi­sas, ou seja, de objetos materiais, existem ainda outras relações sociais que decorrem da ação direta e recíproca do homem sobre o homem, da repetição constante de uma forma determinada de interação. São as relações sociais decorrentes da vida familiar, relações que resultam dos costumes e princípios morais existentes e aceites na convi­vência dos homens, relações políticas que resul­tam da atividade do poder do Estado, bem como as relações jurídicas que resultam das normas fixa­das pelo poder do Estado para regulamentar a atividade humana.

As citadas relações sociais distinguem-se por serem conscientes; os homens são conscientes da ação que exercem uns sobre os outros através das atividades nas quais estas relações se ma­nifestam. No entanto, os homens não têm consciên­cia das relações econômicas, se bem que nem sempre assim suceda. Em geral eles têm consciên­cia das relações de distribuição, como no caso do salário, juros, alugueres etc.

Certas relações de produção têm também um caráter consciente. É o caso da relação entre o proprietário de escravos e os escravos; é o caso também das relações de cooperação e de divisão do trabalho existentes numa dada fábrica. No en­tanto, os homens não são conscientes das rela­ções de divisão do trabalho que se estabelecem através da troca de produtos entre produtores em condições de produção mercantil simples e da produção capitalista.

O operário de uma fábrica têxtil de Manchester e o negro que trabalha numa plantação de algodão na África não são conscientes da relação sócia! que existe entre eles. Tão pouco são conscientes desta relação o operário da fábrica de têxteis de Manchester e o operário da siderúrgica de Sheffield que produz o aço necessário para a fabricação de máquinas têxteis; «Em todas as formações sociais mais ou menos complexas, escreve Lenine, e sobre­tudo na formação capitalista, os homens, ao entrar em relação, não têm consciência das relações so­ciais que estabelecem entre si, das leis que presi­dem ao desenvolvimento destas, etc. Por exemplo, ocamponês que vendeu o seu trigo entra em relação com os produtores mundiais de trigo no merca­do mundial, sem disto ter consciência; tão pouco têm consciência das relações sociais que decorrem destas trocas». ([[8]](#footnote-8))

No campo em que os homens têm consciên­cia das relações sociais, nascem nos seus espíritos ideias que representam a forma sob a qual eles tomam consciência destas relações; nascem tam­bém as ideias jurídicas e políticas, morais e reli­giosas, filosóficas, científicas e artísticas, na base das quais os homens apreciam as relações sociais. Chamamos a estas ideias sociais, e ao con­junto sistematizado destas ideias chamamos ideologia. Ao lado das ideias sociais existem igual­mente nos homens certas atitudes psíquicas mais ou menos precisas, a saber emoções ou disposi­ções de espírito cujo objeto são diversas relações sociais (por exemplo a desconfiança de certos gru­pos sociais em relação ao poder do Estado ou ainda o respeito que os membros de certos grupos so­ciais alimentam por representantes das organiza­ções religiosas). Designamos estas atitudes com o nome de **psicologia social.** A ideologia e a psicolo­gia social podem exprimir ideias sociais e atitudes sócio-psíquicas de toda a sociedade, ou ainda ati­tudes de apenas parte dela, por exemplo de clas­ses sociais ou de outros grupos sociais. Designamos pelo nome global de consciência **social** o conjunto de ideias sociais e de atitudes psíquicas so­ciais. Quanto às próprias relações sociais, das quais os homens têm consciência e que são o objeto das ideias sociais e das atitudes psíquicas sociais, designamo-las como **objeto da** consciência so­cial. ([[9]](#footnote-9))

Dentro desta estrutura complexa de relações sociais como as relações de produção e os elementos de consciência social (ou seja, de ideias sociais e de atitudes sócio-psicológicas) existentes numa dada sociedade, certos elementos são indispensáveis a um modo de produção. Assim é, por exemplo, que em cada modo de produção antagô­nico devem existir relações jurídicas e relações po­líticas resultantes de um poder Estatal, que protege os privilégios de certa parte da sociedade no que concerne à propriedade dos meios de produção: de­vem existir as ideias morais, religiosas e filosófi­cas capazes de convencer o conjunto da sociedade da justeza das relações de propriedade dos meios de produção. No modo de produção feudal são indispensáveis, ao lado das relações jurídicas e polí­ticas correspondentes, ideias morais, religiosas e filosóficas de submissão do camponês ao senhor, de respeito do camponês pelo senhor. O modo de produção capitalista exige entre outros, no campo da psicologia social, o respeito da propriedade pri­vada, a assimilação pelos operários da disciplina de trabalho coletivo na fábrica, o sentimento de responsabilidade profissional pela qualidade do tra­balho realizado, a chamada ética profissional.

**A noção de formação social. Base e superestrutura**

Chamamos **superestrutura** de um modo de produção a outra parte das relações sociais que não as relações de produção, assim como a consciên­cia social que é indispensável à existência de um determinado modo de produção. Designamos pelo nome de **formação social** ou de **regime social** o modo de produção acompanhado da sua superes­trutura, enquanto às relações de produção próprias de uma formação social dada, qualificamo-las de base econômica. ([[10]](#footnote-10)) A superestrutura não com­preende a totalidade das relações sociais conscien­tes e da consciência social que existe numa dada sociedade: compreende apenas as relações sociais {outras que as relações de produção conscientes, pois estas fazem parte da base), as ideias sociais e as atitudes sócio-psicológicas que são necessá­rias à existência de um dado modo de produção, que permitem perpetuar as relações de produção e sobretudo as relações de propriedade dos meios de produção, reforçando-as e assegurando a sua subsistência. ([[11]](#footnote-11))

Assim pois, a formação social constitui um todo internamente equilibrado, harmonioso, um facto histórico que existe objetivamente. Marx distingue como épocas históricas sucessivas as seguintes formações: asiática, antiga, feudal e bur­guesa. Podemos acrescentar atualmente a comu­nidade primitiva e a formação socialista.

Estas formações correspondem aos modos de produção acima descritos, sendo que a formação antiga corresponde à escravidão e a formação bur­guesa à produção capitalista. ([[12]](#footnote-12)) Não se esclare­ceu ainda de maneira definitiva o modo de produ­ção que constitui a base da formação que Marx qualificou de «asiática». Esta formação baseava-se na propriedade estatal da terra, que se constituirá pela necessidade de realizar trabalhos coletivos em grande escala a fim de regularizar os rios, de construir reservas e canais de água, numa agricultura baseada na irrigação artificiai. Este tipo de propriedade estatal da terra existia no Egito, na Mesopotâmia, na Pérsia, na índia, na China, no Ceilão e outros países do oriente. Como o cons­tata Marx: «O Estado é aqui o proprietário sobe­rano das terras e a soberania não é outra coisa que a concentração em escala nacional da proprie­dade de terras. Por isto, não há propriedade pri­vada da terra, se bem que exista posse e uso da terra sob forma privada ou coletiva.» ([[13]](#footnote-13)) A superestrutura política do modo de produção basea­da na propriedade estatal da terra era o despotis­mo oriental, cuja função social consistia em cen­tralizar a direção dos trabalhos coletivos liga­dos à irrigação das terras. Assim a queda do poder central das monarquias orientais provocou o abandono das instalações de irrigação, acarretando a baixa da produção e o declínio de civilizações alta­mente desenvolvidas baseadas neste modo de pro­dução. «Quando os governos despóticos surgiram, escreve Engels, na Pérsia ou na índia, cada um sabia ser, antes de tudo, o empresário geral da irrigação dos vales, sem a qual ali a agricultura era impossível. Coube aos ingleses esclarecidos não perceber isto nas índias, onde deixaram arrui­nar os canais de irrigação e comportas». ([[14]](#footnote-14))

Existe uma divergência de opiniões quanto ao caráter do trabalho na formação social asiática. A opinião que se tratava de trabalho escravo é bastante generalizada. É, por exemplo, a opinião de K. Ostrovitianov ([[15]](#footnote-15)). Tratar-se-ia pois de um modo de produção que constituía uma certa va­riante da escravidão, na qual a maioria da popu­lação eram escravos de propriedade do monarca. Parece no entanto que este ponto de vista sim­plifica o problema. Com efeito, no quadro da for­mação social asiática, conservaram-se, durante mi­lênios, comunidades rurais cuja origem se encon­tra na comuna primitiva. Marx já o havia nota­do ([[16]](#footnote-16)). Apesar da escravidão ter incontestavelmente existido nas sociedades asiáticas da antiguidade, a maioria dos agricultores que viviam em geral em comunidades rurais, encontrava-se na situação de servos que forneciam ao Estado os pagamentos em natureza (a entrega de tais ofer­tas constituía o tema dos murais nos túmulos egíp­cios) e realizavam um trabalho forçado ([[17]](#footnote-17)) Segundo Marx, na formação asiática amais-valia tomava aforma de um imposto **in natura** ou de traba­lho ([[18]](#footnote-18)). Partindo daí, houve tentativas de defini­ção da formação asiática como «feudalismo buro­crático» ([[19]](#footnote-19)). É igualmente uma concepção autô­noma, na qual os donos **in** **natura,** o trabalho for­çado e a escravidão são reunidos num modo de produção homogêneo, através da propriedade estatal da terra e da direção do Estado sobre os trabalhos coletivos de irrigação de grande enver­gadura.

**A lei da correspondência necessária entre a superestrutura e a base econômica**

A superestrutura não pode ser arbitrária; ela é por natureza adaptada à base econômica, e por isto mesmo a todo o modo de produção que ca­racteriza uma época histórica dada. Quando as relações de produção essenciais, (ou seja, as rela­ções de propriedade dos meios de produção) se modificam, a superestrutura modifica-se igual­mente: surge uma nova formação social. Chama­remos a esta regra de «lei da correspondência ne­cessária entre a superestrutura e a base econômi­ca», ou também, de «segunda lei fundamental da sociologia».

Junto com a base econômica mudam tão so­mente os elementos de outras relações sociais e de consciência social que não correspondem às exi­gências da novabase econômica; ao mesmo tempo surgem as relações sociais e os elementos de consciência sócia! indispensáveis à nova base econômica e ao novo modo de pro­dução em seu conjunto. As demais relações so­ciais e os elementos da consciência social per­manecem inalterados. Por isto, *as* relações sociais diferentes das relações de produção, e a consciên­cia social de uma sociedade historicamente cons­tituída, representam apenas em parte a superes­trutura de uma formação social existente numa época dada. Esta superestrutura provém, em parte, de formações sociais historicamente anteriores. Constitui a sobrevivência de antigas formações ([[20]](#footnote-20))

E o relicário de elementos de superestrutura sur­gidos no curso de formações sociais anteriores, ele­mentos que não entravam a nova base econômica. Às vezes tais elementos integram-se na superes­trutura da nova formação. A religião cristã pode aqui servir de exemplo. Apareceu como parte da superestrutura da formação social da antigüidade na época de sua decomposição, em seguida trans­formou-se em superestrutura da formação feudal, manteve-se em parte como sobrevivência e em parte inserindo-se na superestrutura — durante to­do o período capitalista e subsiste ainda na pri­meira fase da formação socialista.

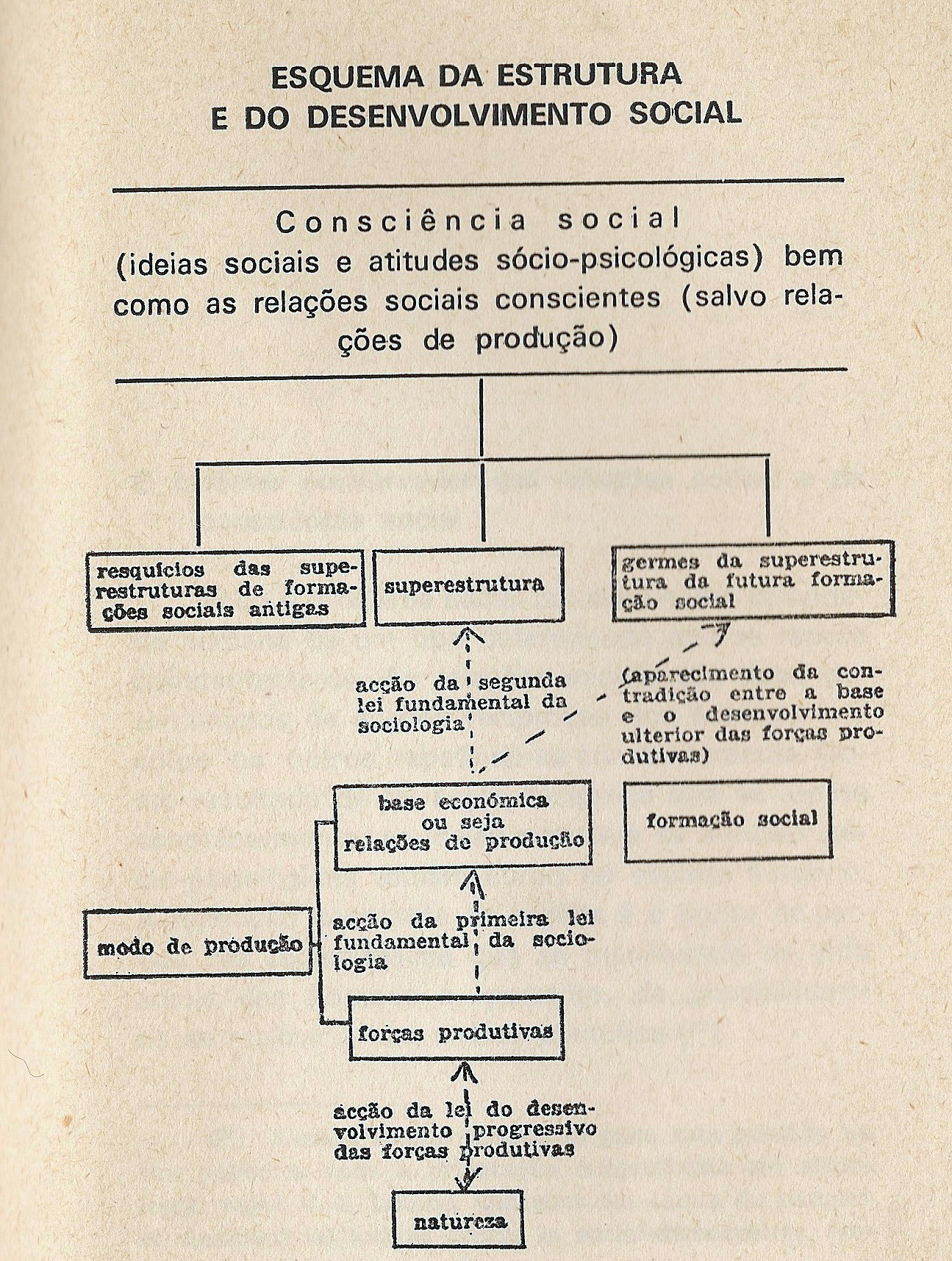
Além do mais, na consciência social de uma dada sociedade podem encontrar-se igualmente os germes da superestrutura da futura formação so­cial. Na época da decomposição da formação so­cial da antiguidade, as ideias cristãs constituíam um germe de superestrutura da formação feudal em vias de surgimento. As ideias socialistas que apa­recem na sociedade capitalista são uma parte in­tegrante da consciência social, mas ao mesmo tempo constituem o germe da superestrutura da futura formação socialista.

Resulta pois que podemos representar a estru­tura da atividade social dos homens, bem como as relações sociais, as ideias sociais e as atitudes sócio-psicológicas que resultam desta atividade, por meio de um esquema, conforme apresentamos na página 25.

É claro que o quadro gerai da consciência so­cial torna-se mais complicado nos períodos de transição entre duas formações sociais, períodos em que coexistem diversos modos de produção .(por exemplo: capitalista, feudal e de peque­na produção mercantil; ou então, socialista, de pequena produção mercantil e capitalista;), ou pe­ríodos em que na realidade domina claramente um modo de produção, mas no qual ainda se mantêm resquícios de outro modo de produção. Na cons­ciência social existem então as superestruturas de diversas bases sociais existentes além das even­tuais sobrevivências de superestruturas que corres­pondem a relações de produção que já não exis­tem, bem como germes da superestrutura da fu­tura formação social. O esquema proposto permite no entanto decompor esta situação complexa nas suas partes constitutivas, permite, como dizia Marx, revelar a «anatomia» da sociedade huma­na ([[21]](#footnote-21)).

A primeira e a segunda lei fundamental da sociologia exprimem as condições de harmonia, de equilíbrio interno das formações sociais, as condi­ções de adaptação mútua das partes constituti­vas de uma formação dada. A primeira lei cons­tata a necessidade de uma correspondência entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas a segunda a necessidade de uma cor­respondência entre a superestrutura e as relações de produção (base econômica). Estas são, de uma certa forma, as leis da conservação das forma­ções sociais. Se as condições definidas por estas leis não estão realizadas, a formação social cai numa contradição interna, as diversas partes cons­titutivas deixam de se adaptar umas às outras. En­tão a formação social modifica-se, transforma-se em outra.

Afim de entender o processo histórico da pas­sagem da sociedade humana de uma formação so­cial a outra, é preciso saber qual é o fator que provoca a ruptura do equilíbrio interno das forma­ções sociais, que compromete a adaptação mútua das suas partes constitutivas, que as faz desin­tegrarem-se. Este fator é o desenvolvimento das forças produtivas, são as modificações no modo de agir do homem sobre a natureza do processo de produção, é a capacidade crescente do homem de transformar a natureza, de adaptá-la às suas neces­sidades.



**O caráter conservador das relações sócias e da consciência social**

Todo o processo social consiste numa atividade humana de um tipo determinado que se repete constantemente. As relações sociais são tipos de­terminados de ações recíprocas dos homens uns sobre os outros, repetindo-se constantemente. Co­mo resultado de tal ação recíproca que se repete constantemente, as ideias sociais e as atitudes só-cio-psicológicas tomam corpo no espírito humano. A repetição constante de ações é o ponto de par­tida das regularidades que se manifestam na vida social dos homens e, portanto, da possibilidade de se realizar a sua análise científica. ([[22]](#footnote-22))

A repetição duradoura de uma ação determina­da dá origem ao **hábito,** à **rotina,** ou seja, à ten­dência a repetir esta ação como no passado. ([[23]](#footnote-23)) Ao conjunto de ações que são realizadas pela força do hábito, ações caracterizadas pela rotina, chamamos **costume.** Os hábitos e os costumes repetem-se enquanto não surge um novo estímulo externo que põe fim a esta repetição e provoca a mudança do tipo de ação; o novo tipo de ação transforma-se por sua vez em hábitos e em costu­mes. É esta uma regra geral do comportamento humano na qualidade de organismos bio-psíquicos. ([[24]](#footnote-24)) Resulta igualmente desta regra que as relações sociais (que consistem com efeito na re­petição constante de ações de um tipo determi­nado), bem como as ideias sociais e as atitudes sócio-psicológicas que daí decorrem, têm tendên­cia a revestir todos os traços da rotina, a transformarem-se em hábitos e costumes sociais, em hábi­tos ideológicos e atitudes sócio-psicológicas costu­meiras. As relações sociais e o conjunto da cons­ciência social caracterizam-se pelo seu caráter conservador e a sua inércia específica, que consiste no facto das mudanças não se produzirem senão sob a ação de estímulos externos.

**A lei do desenvolvimento progressivo das forças produtivas**

Existe, no entanto, um campo da atividade social dos homens no qual os hábitos e a rotina não podem ser de longa duração, já que aparecem constantemente novos estímulos externos que pro­vocam uma mudança no comportamento humano. Este campo é o processo de produção, a ação do homem sobre a natureza, e — reciprocamente — da natureza sobre o homem, que se realiza no pro­cesso social do trabalho. São as forças produtivas existentes que decidem do caráter desta atividade recíproca, e, portanto, os meios de produção e sobretudo os instrumentos de trabalho, assim como a experiência e a capacidade dos homens que deles se servem. No processo sócia! do tra­balho, o homem transforma o seu meio natural, cria um novo meio material que se compõe dos produtos do seu trabalho (casas, vilas, vilarejos, canais oficinas, fábricas, meios de transporte, etc.); este novo meio é às vezes designado sob o nome de **meio artificial** ([[25]](#footnote-25)) ou ainda de **acumulação ma­terial histórica da sociedade.** ([[26]](#footnote-26))

O novo meio material constitui um estímulo que provoca a mudança de comportamento no pro­cesso ulterior da produção. Aparecem novos ou melhores instrumentos de trabalho, surge a possi­bilidade de se servir de novos objetos de traba­lho, a capacidade e a experiência do uso dos ins­trumentos aumentam. Isto, por sua vez, provoca mais uma mudança no novo «meio artificial», o que representa um novo estímulo que altera o comportamento etc. O homem cerca-se de um meio artificiai cada vez mais complicado, que constitui, de certa forma, órgãos artificiais com os quais com­plementa os órgãos naturais do seu corpo, refor­çando e alargando desta maneira a sua dominação sobre a natureza. Cada novo comportamento hu­mano cria novos estímulos externos que provo­cam uma mudança no comportamento dos homens. Desta forma se processa um constante desenvol­vimento das forças produtivas sociais.

Contrariamente pois às relações sociais, às ideias sociais e às atitudes sócio-psicológicas, que se distinguem pelo seu caráter conservador, as forças produtivas são sujeitas a uma mudança con­tínua, desenvolvem-se sem cessar, elevando assim o «potencial produtivo» da sociedade a níveis cada vez mais elevados. O antropólogo americano A. L. Kroeber chama a atenção para a facilidade com que se produzem mudanças na atividade humana no campo da produção, enquanto em outros campos a atividade humana distingue-se pelo seu caráter conservador. «No campo das questões mecânicas ou práticas, os homens adaptam-se mais rapida­mente às exigências das novas condições... no entanto, se trata de um calendário caduco, **o** simples ato de vontade, a simples manifestação do bom senso coletivo necessário para o modifi­car choca-se com uma forte resistência... Enquanto os homens tratam das suas necessidades corpo­rais, que são semelhantes às dos animais inferiores, são flexíveis e capazes de adaptação. Mas ao tratar-se de produtos sistematizados do seu inte­lecto, em que, precisamente, seria de esperar pre­visão, compreensão e cálculo frio, parece que as sociedades se veem dominadas pelo espírito con­servador, cuja potência demonstra ser tanto mais forte quanto mais nos aprofundamos na histó­ria» ([[27]](#footnote-27)).

Convém, no entanto, complementar esta justa nota do eminente pesquisador das sociedades hu­manas com a seguinte constatação: a flexibilidade dos homens, a sua capacidade de adaptação rá­pida às novas condições de ação no processo da produção não dependem do facto de se tratar aqui do satisfazer necessidades biológicas elementares que, de resto, constituem, na sociedade civilizada contemporânea, apenas uma parte das necessida­des satisfeitas pela produção, e resultam sim do processo acima descrito, no qual cada mudança de comportamento cria novos estímulos, que pro­vocam por sua vez uma nova mudança de com­portamento.

Chamaremos a esta regra do desenvolvimento das forças produtivas sociais, **lei do desenvolvi­mento progressivo das forças produtivas.** Esta lei constata pois a necessidade de uma modificação constante das forças produtivas, levando a um «potencial produtivo» cada vez mais elevado da so­ciedade. Esta necessidade é, conforme mostramos, o resultado do surgimento constante de estímulos, que — ao modificar o meio material artificial, criado pelo homem no decorrer do processo social da produção — modificam igualmente a forma de interação entre o homem e a natureza. É um pro­cesso que conduz a uma dominação cada vez mais ampla e pluriforme do homem sobre o mundo material que o rodeia.

**O processo de desenvolvimento e de transforma­ção das formações sociais**

A ação da lei do desenvolvimento progres­sivo das forças produtivas compromete, mais cedo ou mais tarde, a correspondência entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas. O efeito do desenvolvimento das forças produtivas é que, ao cabo de um certo tempo, as relações de produção deixam de ser conformes às novas exi­gências das forças produtivas. A harmonia interna do modo de produção é abalada, este modo deixa de ser um todo internamente equilibrado, apa­rece uma contradição entre as relações de produ­ção e as novas forças produtivas. A ação da primeira lei fundamental da sociologia restabelece a correspondência entre as relações de produção e as novas forças produtivas: realiza-se uma adap­tação das relações de produção às novas exigên­cias das forças produtivas.

No entanto, a transformação das relações de produção compromete a correspondência entre a superestrutura e a base econômica da sociedade. Na formação social existente aparece uma con­tradição interna, contradição entre a superestrutu­ra e as exigências da nova base econômica. A ação da segunda lei fundamentai da sociologia restabelece a correspondência entre a superestru­tura e as novas exigências da base econômica: ocorre uma transformação da superestrutura e, des­ta maneira, termina o processo da criação de uma nova formação social.

O conjunto deste processo é explicitado pelo esquema da página 53 que representa a estrutura e o desenvolvimento da sociedade. O primeiro estí­mulo da transformação da formação social, o estí­mulo «em última instância» como dizia Engels ([[28]](#footnote-28)), é pois sempre o desenvolvimento das forças pro­dutivas. É assim porque as relações sociais, as ideias sociais e as atitudes sócio-psicológicas têm um caráter conservador, enquanto as forças pro­dutivas sofrem transformações contínuas, atingin­do um nível de desenvolvimento cada vez mais elevado. Do caráter conservador tanto da base econômica como da superestrutura resulta que as suas adaptações recíprocas se realizam apenas na medida em que as duas leis fundamentais da so­ciologia o exigem.

É por isto também que a mudança da supe­restrutura não significa a transformação de toda a consciência social: ao lado da nova superestru­tura continuam a existir na consciência social nu­merosos elementos da superestrutura das antigas formações sociais. É preciso salientar que a pri­meira e a segunda lei fundamentai da sociologia não agem em períodos de tempo sucessivos, mas simultaneamente, embora o processo de adapta­ção da superestrutura dure habitualmente muito mais que o processo de adaptação das relações de produção.

Além disso, a nova superestrutura não surge do nada, mas busca os seus elementos nas relações sociais, nas ideias sociais e nas atitudes sócio-psicológicas do presente e do passado, que ela transforma de maneira criativa e adapta às neces­sidades da nova base econômica. «As ideias não caem do céu — diz Antônio Labriola — não as re­cebemos durante o sono por dádiva de Deus» ([[29]](#footnote-29)). As mesmas relações capitalistas de produção cria­ram na Inglaterra uma superestrutura que tomou a forma do puritanismo, e deram origem na França, no nível da superestrutura, ao materialismo e ao movimento dos livres pensadores ([[30]](#footnote-30)). Conforme dissemos, era diferente o **fundo histórico** ([[31]](#footnote-31)) so­bre o qual se constituía a nova superestrutura. Também é frequente que a nova superestrutura em vias de aparecimento esteja vinculada às rela­ções sociais e a ideias sociais de períodos prece­dentes, relações e ideias que tinham deixado de ser atuais e que se atualizam novamente na nova formação social. Por exemplo, o direito civil romano, adaptado à produção mercantil bastante desenvol­vida na antiguidade, que tinha perdido a sua atualidade na época do modo de produção feudal, re­cuperou-a ao surgir o modo de produção capitalista. Ocorre também frequentemente a adopção da su­perestrutura ou de alguns dos seus elementos, exis­tentes em outros países nos quais as novas rela­ções de produção, bem como a superestrutura cor­respondente existem já há mais tempo. ([[32]](#footnote-32)) De maneira que diversos elementos do presente e do passado se combinam para formar a superestru­tura da formação social em vias de aparecimento. Em consequência, a superestrutura correspon­dente às novas relações de produção difere em diversos países segundo o fundo histórico sobre o qual ela se constituiu. No quadro da mesma for­mação social, do capitalismo por exemplo, exis­tem sérias diferenças na superestrutura em diver­sos países. Diferenças maiores ainda existem na totalidade formada pelas relações sociais e pela consciência social que, além da superestrutura de uma formação social dada, comportam igualmente numerosos elementos herdados das superestruturas de formações anteriores, superestruturas dife­rentes segundo o país (por exemplo o cristianis­mo na Europa, o shintoismo c o budismo no Japão, a monarquia na Inglaterra, a República plebeia na América do Norte). Uma determinada formação so­cial pode pois apresentar, segundo o país, uma grande riqueza e uma grande diversificação das relações sociais conscientes e .dos elementos da consciência social: ideias sociais **e** atitudes sócio-psicológicas. Um mesmo modo de produção não exclui pois a existência de estruturas muito diver­sas da consciência social, e mesmo da própria superestrutura.

**Os processos dialéticos no desenvolvimento social**

Como vemos, o processo de passagem duma formação social para outra consiste no apareci­mento, no seio da sociedade humana, de uma série de contradições, produzindo-se então um processo de adaptação que leva à eliminação destas con­tradições; um tal processo de desenvolvimento, que se opera através do aparecimento e do desa­parecimento de contradições, chama-se processo dialético. ([[33]](#footnote-33))

Três processos dialéticos concorrem pois para o desenvolvimento da sociedade humana. O primei­ro é constituído pelo aparecimento de contradições dentro da interação entre o homem e a natureza, nesta «troca de matéria entre o homem e a natu­reza» que se opera no processo social do traba­lho. Ao moldar o seu meio material artificial, o homem faz aparecer uma contradição entre o com­portamento que ele observou até então e os estí­mulos aos quais este meio dá origem. Esta con­tradição desaparece com a mudança do comporta­mento, ou seja, com a transformação das forças produtivas, o que, por sua vez, suscita novos estí­mulos, ou seja, uma nova contradição etc. O se­gundo processo dialético é constituído pelo aparecimento de uma contradição entre as novas for­ças produtivas e as antigas relações de produção. Esta contradição, que começa por travar as novas forças produtivas, desaparece logo que as relações de produção se adaptam às novas forças produti­vas. O terceiro processo dialético é constituído pelo aparecimento de uma contradição entre as no­vas relações de produção, ou seja, a base econô­mica, e a antiga superestrutura. Esta contradição, que inicialmente trava o aparecimento da nova base econômica, desaparece logo que a superestrutura se adapta à nova base econômica. Estes três pro­cessos dialéticos formam o processo do desenvol­vimento social da humanidade.

**O desenvolvimento social nas formações antagô­nicas: a luta de classes e as**

**revoluções sociais**

A regularidade acima descrita do processo de desenvolvimento social é válido para todas as for­mações sociais. A origem desta regularidade é o caráter conservador da base econômica e da superestrutura (e, para dizer verdade, de toda a cons­ciência social), enquanto as forças produtivas progridem sem cessar. Nas formações sociais basea­das em relações de produção antagônicas, age ainda um fator suplementar, que reforça o caráter conservador das relações de produção e da superestrutura. Este fator é o interesse que tem a classe a qual as relações de produção em vigor garantem o privilégio da propriedade dos meios de produção, de conservar as relações que lhe garan­tem este privilégio e de manter a superestrutura que lhe corresponde. Com maior ou menor grau de consciência esta classe mantém, no seu próprio interesse, a base econômica e a superestrutura existentes, por natureza conservadoras, reforça o seu caráter conservador através da sua atividade, utilizando em particular o poder estatal e as rela­ções jurídicas a ele associadas. Em consequência, as classes, cujo interesse está ligado ao progresso das forças produtivas, opõem-se à manutenção do pri­vilégio social que caracteriza as relações de pro­dução existentes e opõem-se igualmente à supe­restrutura que corresponde a estas relações.

Nestas condições, a contradição que aparece entre as novas forças produtivas e as antigas rela­ções de produção, bem como a contradição entre as exigências das novas relações de produção — que correspondem às exigências das novas for­ças produtivas — e a velha superestrutura, con­duzem à luta de classes. A supressão destas con­tradições realiza-se através da ruptura do privilégio social da classe que se apoia em antigas relações de propriedade dos meios de produção, quer dizer, através da revolução social. Esta realiza-se, em regra geral não por intermédio de mudanças gra­duais, mas por intermédio de abalos mais ou menos tempestuosos, sobretudo na superestrutura políti­ca e jurídica que protege as antigas relações de propriedade dos meios de produção.

Em razão da resistência que a classe interes­sada na manutenção das antigas relações de pro­dução opõe à mudança da situação existente, a ou as classes interessadas no novo modo de produção criam as suas próprias ideias sociais, as suas próprias atitudes sócio-psicológicas e, se as condições são favoráveis, as suas próprias orga­nizações políticas também. Produz-se então uma cisão da consciência social. Ao lado da superes­trutura correspondente à base econômica existente e dos resíduos da superestrutura das formações sociais anteriores, desenvolvem-se na consciência social os germes da superestrutura da formação social por vir, A ou as classes que lutam pelas novas relações de produção são as portadoras destes germes. A luta de classes torna-se uma luta de ideias e de ideologias sociais completas, uma luta de atitudes sócio-psicológicas diferentes e, se as condições são favoráveis, uma luta de novas organizações políticas contra o poder estatal existente. Esta luta é orientada pelas novas ideias sociais e pelas novas atitudes sócio-psicológi­cas. ([[34]](#footnote-34))

A classe que goza do privilégio que lhe confe­rem as antigas relações de produção consegue, em regra geral, com a ajuda do poder estatal, das relações jurídicas, da ideologia e das atitudes só­cio-psicológicas que lhe são favoráveis, prolongar durante um certo tempo a vida da antiga formação social; por esta razão, a passagem de uma formação social para outra produz-se com um cer­to atraso, o que leva ao caráter «explosivo» desta passagem. A «explosão» realiza-se quando as no­vas forças produtivas que se desenvolvem rom­pem a «barragem» que constitui a antiga forma­ção social. O processo dialético do desenvolvi­mento social reveste a forma de uma luta de clas­ses e de revoluções sociais.

Marx deu a seguinte formulação, tida atualmente como clássica, do processo de passagem de uma formação social para outra, em condições de relações de produção antagônicas:

«Em um certo nível de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção exis­tentes, ou — o que não passa da sua expressão jurídica — com as relações de propriedade dentro das quais se tinham desenvolvido até então. De formas de desenvolvimento que eram, estas rela­ções transformam-se em seus entraves. Então, abre--se uma época de revolução social. A transfor­mação da base econômica transforma de maneira mais ou menos rápida toda a enorme superestrutura. ([[35]](#footnote-35))

Cumpre ainda acrescentar a este quadro, que o caráter conservador das relações de produção e da superestrutura conta com o apoio não só da classe cujo privilégio social está ligado às relações de propriedade dos meios de produção existentes, mas também das camadas sociais cuja posição econômica e social resulta da superestrutura da formação social existente. Por camada social, dife­rentemente de classe social, entendemos um grupo de membros da sociedade cuja posição econômica e social não resulta das relações de propriedade dos meios de produção, mas dos traços especí­ficos de uma superestrutura dada. Estas camadas, tais como a dos funcionários, por exemplo, que são os executantes do poder estatal, ou os padres de uma religião que é a parte integrante da supe­restrutura de uma dada formação social, podem também estar interessadas na manutenção da an­tiga formação social. ([[36]](#footnote-36)) Este fenômeno de camadas sociais conservadoras, cuja posição resulta da forma existente da superestrutura, pode tam­bém ocorrer nas formações sociais não antagô­nicas, por exemplo, na formação socialista. Isto pode ter como resultado um certo caráter «tem­pestuoso» do desenvolvimento social, mesmo nu­ma formação baseada em relações de produção não antagônicas, onde não há luta de classes. No entanto, os obstáculos que daí resultam para o desenvolvimento social são afastados, não sem luta, é verdade, mas sem revolução social. A sua eliminação exige apenas, com efeito, a adaptação da superestrutura às exigências da base econô­mica, e não a transformação do caráter das rela­ções de produção.

**O materialismo histórico**

A teoria que exprime as leis do desenvolvi­mento social acima expostas chama-se concepção materialista da história, ou mais simplesmente, materialismo histórico. Compreende ela a totalidade do desenvolvimento das sociedades humanas como conjunto de processos dialéticos, cujo estímulo inicial e que se repete constantemente é a interação entre o homem e o mundo material que o rodeia no processo social da produção. A des­coberta destas leis por Marx, e o estudo das suas consequências essenciais, continuado por Engels, criaram a base de uma análise científica do desenvolvimento das sociedades humanas. Engels apre­ciou nos seguintes termos o significado histórico desta descoberta: «Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, assim sim Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana». ([[37]](#footnote-37))

1. L. Krzywicki — Rozwój Spolecany wsród zvvierzat I u rodzaju ludzkiego — (O desenvolvimento social entre os animais e na espécie humana) Studia Socjologiczne, Varsóvia 1951, p. 201-202 [↑](#footnote-ref-1)
2. *A.* expressão «modo de produção» *vem.*de Marx. Vide o prefácio á « Contribuição à crítica da economia política». [↑](#footnote-ref-2)
3. «...para as épocas históricas, como para as épocas geológicas, não há linha de demarcação rigoro­sa», Karl Marx, Le Capital, livre premier, tome II, ed. Sociales, Paris 1948, p. 58. [↑](#footnote-ref-3)
4. Vide Karl Marx, prefácio à «Contribuição à crítica da economia política». [↑](#footnote-ref-4)
5. O Capital — Le capital, livre premier, tome I, ed. Sociales, Paris 1948, p. 196. A citação provém do Livro do J. E. Cairnes, The Slave Power, publicado em Londres em 1862. [↑](#footnote-ref-5)
6. Karl Marx— Misère de Ia philosophie — ed. Sociales, Paris 1946, p. 88 [↑](#footnote-ref-6)
7. Este nome foi recentemente introduzido por J. Staline na sua obra Les problémes économiques du socialisme en URSS, Editions en Langues Etrangères, Moscou 1952, p, 8. Atualmente é amplamente utilizada na URSS; vide por exemplo Le matérialisme historique, Obra, redigida sob direção de Konstantinov, edição po­laca de «Ksiazka i Wíedza», Varsóvia 1956, p. 90. E evi­dente que a própria lei foi descoberta e formulada por Marx, conforme constatamos pelas citações anteriores. [↑](#footnote-ref-7)
8. V, I. Lenine - Matérialisme et empiriocriticisme, ed. Sociales, Paris 1948, p. 297. [↑](#footnote-ref-8)
9. Visto que os homens, de modo geral, têm cons­ciência das relações de distribuição, estas relações cons­tituem o objeto da consciência social. Constituem igual­mente objeto da consciência social certas relações de produção — aquelas das quais os homens são conscien­tes, Como veremos mais adiante, na produção mercantil simples e na produção capitalista as relações fundamen­tais encontram-se fora da consciência social dos produ­tores, mas se tornam objetos da sua consciência social na produção socialista. [↑](#footnote-ref-9)
10. Os termos «base econômica», «superestrutura», «formação social», bem como «consciência social» pro^ vêm de Marx. Vide o Prefácio ã Contribuição à critica da economia política. Marx designava igualmente as re­lações de produção pela expressão «estrutura econômica da sociedade», (ibidem). [↑](#footnote-ref-10)
11. Marx identificava a superestrutura com a to­talidade dos fenômenos da consciência social. No prefácio à Contribuição à crítica da economia política, lemos: «A totalidade destas relações de produção constitui a estru­tura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas de consciência social deter­minados», (ibidem). A diferenciação entre os diversos elementos da consciência social foi introduzida por J. Staline na obra A propôs du Marxisme en linguistique (éd. de Ia Nouvelle Critique, Paris 1951): «A superestru­tura— diz Staline — é criada pela base justamente para servi-la, para que a ajude ativamente na sua formação e consolidação... Basta que a superestrutura recuse este seu papel servil... para que perca a sua qualidade e cesse de ser superestrutura» (p. 13-14). S por isto que, segundo Staline, a língua não pertence à superestrutura, pois não se modifica junto com a base econômica. Se­gundo sociólogos soviéticos contemporâneos, tampouco pertence totalmente à superestrutura fenômenos da cons­ciência social como as relações de família, a cultura nacional e a ciência. Vide Le matérialisme historique. éd. citada p. 159-168 e p. 529 a 543. Bem antes de Sta­line, Karl Kautsky delimitou o conceito de superestrura, incluindo nele apenas a parte de relações sociais conscientes e da consciência social, que se transformara necessariamente junto com a base econômica da socie­dade. Diz Kautsky: «Nos regimes, formas legais, teo­rias etc. de cada época, cumpre distinguir aqueles que ela herda das épocas precedentes, e as que são recente­mente criadas. Apenas estas últimas resultam das con­dições econômicas da época. As formas espirituais rece­bidas do passado não pertencem aos resultados, à supe­restrutura... da nova economia, e nem às novas formas de consciência que correspondem a esta economia. O es­tudo de uma época histórica dada do ponto de vista da concepção materialista da história, deve sempre partir do facto que, tanto na economia quanto na ideologia de uma época determinada, deve-se distinguir entre o velho e o novo. O que há de novo nas ideias pode então sem interpretação forçada ser incluído nas relações econômi­cas», Vide «Die materialistische Geschichtsauffassung», Berlin 1927, t. I, p. 832. [↑](#footnote-ref-11)
12. Vide o prefácio à Contribuição à crítica da economia política. Marx e Engels incluíram posterior­mente a comunidade primitiva no elenco das formações sociais, depois de conhecerem os resultados dos estudos de L.. M. Morgan. Vide a nota de Engels no Manifesto Comunista, acrescentada em 1888. Le manifeste du Parti Comunlste, ed. sociales, Paris 1960 p.14. [↑](#footnote-ref-12)
13. K Marx — Le Capital, — livre troisième, tome VIII, ed. Sociales. Paris 1960, p. 172. [↑](#footnote-ref-13)
14. F. Engels—Anti-Duhring — ed. Sociales, Pa­ris 1950, p. 212; Veja-se também a carta de Engels a Marx de 6 de Junho 1853: «A fertilização artificial do solo, que cessava logo que as canalizações de água eram destruídas, explica este facto curioso por outro lado, que regiões inteiras outrora tão bem cultivadas (Palmira, Petra, as ruínas do Yemen, certas localidades do Egito, da Pérsia e do Hindustão) se tornaram atualmente vazias e improdutivas; explica também o facto que bastou uma guerra destrutiva, para despovoar todo o país durante séculos, e o privar de toda a sua civilização. (K. Marx-F, Engels — Correspondance, tomem, ed. Costes, Paris 1931, p. 225). [↑](#footnote-ref-14)
15. K. Ostrovitianov — Zarys ekonomiki formacji przedkapitalistycznych — (Esboço da economia das for­mações precapitalistas), in Wyklady z ekonomii politycznej, Ksiazka i Wiedza, Varsovia 1951, t. I, p-163-166. [↑](#footnote-ref-15)
16. Veja K. Marx, De Capital, Livra premier, to­me HE, ed. sociales Paris 1950, p. 48: “A simplicidade do organismo primitivo destas comunidades autossuficientes que se reproduzem constantemente sob a mesma forma e, uma vez destruídas acidentalmente, se reconstituem no mesmo lugar e com o mesmo nome, fornece-nos a chave da imutabilidade das sociedades asiáticas, que contrasta de maneira tão estranha com a dissolução e a reconstituição incessantes dos Estados asiáticos, as mudanças violentas das suas dinastias. A estrutura dos elementos econômicos fundamentais da sociedade não se vê afectada por todas as tormentas da esfera política”. [↑](#footnote-ref-16)
17. Nas índias, por exemplo, a escravidão era es­sencialmente uma escravidão doméstica e não tinha papel fundamental a jogar na produção agrícola. Veja D. D. Malaviya: Village Panchayats in Índia, New Delili 1956, p. 112-194, bem como D. D. Kosambi, An Introduction to the Study of Indian History, Popular Book Dept, Bombay 1958, p. 349. Outra é, no entanto, a opinião de S. A. Dange: índia from Primitive Communism to Slavery, 3.° ed., New Deliu. 1955. [↑](#footnote-ref-17)
18. Le Capital, Livre troisième, tome VIII, ed. cit, p. 172. [↑](#footnote-ref-18)
19. Veja Grande Eneyelopédie Soviétique 1936, to­me 32, o artigo «Kitaj», p. 530 e 538. Na sua obra Scien­ce and Civilization in China, Cambrigde 1954, tomo I, p, XXXVH, 103 e 139, Joseph Needham define o regime social da China antiga, a partir da dinastia dos Han, como sendo uma «burocracia feudal», Needham nota também que a escravidão não tinha um grande papel na produção. Veja p. 109 e 119. [↑](#footnote-ref-19)
20. Krzywicki e Kautsky se interessaram particu­larmente por este problema: «Cada fase do desenvolvi­mento social — escreve Krzywicki — deixa uma herança que se funde e se mistura com a herança de épocas anteriores» (Veja Idea i Zycie, Studia socjologieczne/«A Ideia e a Vida, estudos sociológicos» / ed cit. p. 111). Quanto a Kautsky, escreve o seguinte: O que é novo numa determinada época não pode ser explicado senão a partir das novas leis econômicas que regem o novo processo econômico que lhe é próprio. No entanto, o que é antigo é o produto do passado, e isto não somente dos últimos anos e dos últimos séculos, mas de toda a história da humanidade, já que nenhuma época passou sem deixar rastos. Cada uma deixou a sua herança às gerações que a seguiram, Para compreender uma certa época, não basta compreender o seu novo modo de pro­dução, é necessário também conhecer a história ante­rior da qual ela surgiu». (Veja Die materialistische Gesehichtauffassung, ed, cit., tomo II, p. 689-690). [↑](#footnote-ref-20)
21. Prefácio à Contribuição à crítica da economia política. [↑](#footnote-ref-21)
22. Lenine chama a atenção para esta questão na sua polêmica com a orientação subjectivista na socio­logia, veja: V. I. Lenine, Qui sont les «amis du peuple» et comment ils luttent contre Ia social-démocratie». Ouvres choisies, éd. en langues étrangères, Moscou 1953, tome I, première partie, p. 103-104. [↑](#footnote-ref-22)
23. Tradeusz Kotarbinski define a rotina da ma­neira seguinte: «A rotina consiste precisamente na subs­tituição da invenção creativa indispensável pelo auto-matísmo copiador de atividades executadas anteriormen­te», veja: Traktat o dobrej rodocie («tratado do bom trabalho»), Lódzbie Towarzystwo Naukowe, Lódz 1955, p. 310. [↑](#footnote-ref-23)
24. A constatação desta regra pode ser encontrada em qualquer manual moderno de psicologia. Por exem­plo, R. H. Thouless escreve no General and Social Psychology (Londres 1951, p. 55): «A realização de uma ação determinada ou de um sistema de ações facilita a sua realização ulterior... A não realização de deter­minada ação ou sistema de ações durante um período suficientemente longo de tempo reduz a sua tendência à repetição». O autor citado define este fenômeno como lei que rege a modificação do comportamento (modification of behaviour). Parece que a lei de comportamento citada resulta da lei constatada por I. P- Pavlov, relativa às atividades nervosas superiores e conhecida pelo no­me de «reflexos condicionados». [↑](#footnote-ref-24)
25. Este termo foi introduzido por Antônio Labriola no estudo «Dei materialismo storico», escrito em 1896. Este estudo encontra-se no livro de Labriola: La concezlone materialistica delia storia, Bari 1947, ver p. 151. Kazimierz Krauz utiliza também esta expressão na obra Materializm ekonomiczny (o materialismo econô­mico), ed. Ksiazka. Cracóvia 1908, p. 7. [↑](#footnote-ref-25)
26. Esta expressão é de Krzywcki. Na existência desta «acumulação histórica» (dorobek dziejowy), com­posta de objetos materiais, produtos do trabalho hu­mano, e que constituem o cimento da rede de relações sociais entre os homens, Krzywcki vê a razão da dife­rença entre o desenvolvimento histórico da sociedade hu­mana e o caráter histórico dos rebanhos de animais. Veja «Rozwój spoleczny zwierzat i u rodzaju ludzkiego. Studia soejologiczne» (O desenvolvimento social entre os animais e na espécie humana. Estudos sociológicos), P. I. W., Varsóvio 1951, p. 185. [↑](#footnote-ref-26)
27. A. L. Kroebert — Anthropology, New York 1948, p. 522. [↑](#footnote-ref-27)
28. Veja as cartas de Engels a Joseph Bloch (21--22 de Setembro 1S90) e a Heinz Starkenburg (25 de Janeiro 1894). Karl Marx et Friederich Engels, Oeuvres Philosophiques, Ed. Sociales, Paris 1947, p. 123 e 132 [↑](#footnote-ref-28)
29. Del materialismo storico, op. cit, p. 383. [↑](#footnote-ref-29)
30. Veja Engels, prefácio à edição inglesa de Socialisme utopique et socialisme scientifique, Bureau d'Editions, Paris 1933, p. 13 a 16. [↑](#footnote-ref-30)
31. Este termo foi introduzido por Krzywicki, que realizou também uma análise do fundo histórico e do seu papel na formação da nova superestrutura. Veja Idea i Zycie. Studia socjologiczne, op. cit. p 88-109. Adam Schaff no prefácio aos Studia socjologiczne (estudos so­ciológicos) de Krzywicki (p. 23-27) critica a teoria de Krzywicki relativa ao papel do fundo histórico; esta crí­tica não nos parece justa. [↑](#footnote-ref-31)
32. Krzywicki chamou a atenção para o chamado fenômeno do «andamento das ideias» (wedrówka idei) no tempo e no espaço. Veja Idea a zycie. Studia socjologicz­ne, ed. cit. p, 88-109. Marx também chamou a atenção para a importância do encadeamento com o passado no processo de formação da nova superestrutura: «A tradi­ção de todas as gerações mortas imprime o seu peso na mente dos vivos. E mesmo quando parecem ocupados em se transformar, eles e as coisas, em criar algo de total­mente novo, é precisamente nestas épocas de crise revo­lucionária que evocam com temor os espíritos do passado. [↑](#footnote-ref-32)
33. Marx e Engels tomaram de Hegel a noção de dialética, sendo que transformaram esta dialética de sado, ... E assim que Lutero tomou a máscara do após­tolo Paulo, que a revolução de 1789 a 1814 vestiu suces­sivamente a roupagem da República romana, do impé­rio romano, e que a revolução de 1848 não encontrou coisa melhor a fazer senão parodiar, ora 1789 ora a tradição revolucionária de 1793 a 1795. É assim que um principiante que aprende uma nova língua a traduz sempre na sua língua materna...» Karl Marx, Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte, ed. Sociales, Paris 1949, p. 13. Hegel, que consiste num desenvolvimento espontâneo das Ideias, através do aparecimento e desaparecimento das contradições, numa dialética materialista que concebe o mundo real como um processo de desenvolvimento por meio do aparecimento e desaparecimento das contradi­ções. Engels exprime esta ideia da maneira seguinte: «Mas a partir daí a própria dialética da ideia tornou-se simples reflexo consciente do movimento dialético do mundo real e,desta maneira, a dialética de Hegel foi posta de cabeça para cima, ou, mais precisamente, da cabeça na qual havia sido colocada, foi reposta de novo nos seus pés>> F. Engels, Ludwig Feuerbach et la fin de la philosophie classique allemande, in: Marx et Engels, Etudes philosophiques, ed. Sociales, Paris 1947, p. 41. [↑](#footnote-ref-33)
34. O papel ativo que desempenham em tais períodos as novas ideias sociais foi excelentemente ex­posto por Krzywcki na obra Idea a zycie. Studia socjologiczne, op. cit. p. 41 a 150. [↑](#footnote-ref-34)
35. Prefácio à introdução à crítica da economia política, op. cit. Neste prefácio, escrito em 1859, Marx supõe que a revolução social conseguirá sempre eliminar as relações sociais ultrapassadas, Desta maneira, cada formação social deixa o lugar a uma nova formação social, que corresponde a um nível mais elevado das forças produtivas, Isto é certamente verdadeiro, quando se trata da humanidade como um todo. No entanto, a história de sociedades determinadas terminou mais de uma vez com o declínio das forças produtivas, da civi­lização e da cultura, ou ainda com a estagnação provo­cada pelo facto que a classe que defende as antigas re­lações de produção era suficientemente forte, e a classe que tenta modificá-las tão fraca e desprovida de uma consciência nítida do seu objetivo social, que a revo­lução social triunfante não teve lugar. Em particular, es­te parece ter sido o caso da formação social asiática. Com efeito, esta última terminava com a decadência e a volta a um nível inferior de desenvolvimento das for­ças produtivas — como no Egito e na Mesopotâmia —, ou com a estagnação — como na índia e na China. É provável que a necessidade de manter a instalações de irrigação do Estado tornasse impossível o afastamento da classe dirigente do poder. Mesmo a formação social antiga termina com o declino das forças produtivas. É somente a partir da Idade Média que a Europa conhece um progresso ininterrupto das forças produtivas, cuja alavanca são as vitoriosas revoluções sociais. O «círculo encantado» do crescimento e da decadência sucessivas das civilizações e das culturas foi rompido. Hoje a volta a este «círculo» é impossível, pois toda a humanidade se encontra a tal ponto ligada por relações de troca de produtos, vem como por troca de forças produtivas e de ideias sociais, que o facto da vitoriosa revolução social, que eliminou, em certos países, o caráter antagônico das relações de produção, garante o progresso social de to­das as sociedades a longo prazo. [↑](#footnote-ref-35)
36. Veja a este propósito a carta de Engels a Konrad Sehmidt (27 de Outubro 1890), in Marx et Engels, Etudes Philosophiques, Ediutions Sociales, Paris 1947: *«A.* sociedade cria certas funções comuns, que lhe são indispensáveis. As pessoas nomeadas para tais fun­ções constituem um novo ramo da divisão do trabalho no seio *da sociedade.* Adquirem assim interesses parti­culares também relativamente aos seus mandantes, tor­nam-se independentes em relação a eles, e assim surge o Estado», (p, 126), Mais além, Engels escreve: «Logo que a nova divisão do trabalho se torna necessária e cria os juristas profissionais, abre-se por sua vez todo um campo novo, independente...», (p. 127) Enfim, a pro­pósito da ideologia: «As pessoas que dela se encarregam fazem parte por sua vez das esferas particulares da divi­são do trabalho»... (p. 128). [↑](#footnote-ref-36)
37. Discours sur Ia tombe de Karl Marx, dans: Karl Marx, homme, penseur et révolutionnaire, Editions sociales internationales, Paris 1928, p.31. [↑](#footnote-ref-37)